

País pedirá prorrogação de créditos

MOISÉS RABINOVICI

MIAMI — Até hoje à noite, em Miami, o Brasil deverá apresentar o texto de um telex pedindo a prorrogação das linhas de crédito de curto prazo, expirando neste final de mês, ao comitê de assessoramento dos bancos credores.

O texto do telex está sendo negociado por advogados do Brasil e dos Estados Unidos desde domingo, quando o presidente do Banco Central, Francisco Gros, teve uma longa reunião com os 24 membros do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores.

A notícia de uma minivitoria da equipe de Gros em Miami foi posta em dúvida, no entanto, pelo *The Wall Street Journal* de ontem, publicando a informação de que alguns bancos americanos estão dispostos a cortar

“três bilhões de dólares dos cerca de” 15,5 bilhões de dólares que mantêm funcionando as agências de bancos brasileiros no Exterior.

Mas o presidente do Banco Central, Francisco Gros, procura pela imprensa logo pela manhã, no Hotel Intercontinental de Mía-



Gros (d) negocia desde domingo, quando se reuniu com credores, o texto do telex

mi, mostrou-se surpreso com a revelação do *Journal*, repetindo que continua otimista quanto à manutenção das linhas de curto prazo, “essenciais para que o Brasil continue funcionando, e assim possa pagar sua dívida”, como declarou a William Rhodes, vice-presidente

do Citibank e coordenador do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores.

Dois banqueiros brasileiros, consultados em Miami pelo *O Estado* e *JT*, mostraram-se, porém, pessimistas. Um deles lamentou que Francisco Gros não o tivesse con-

vocado, junto com outros, para uma explicação do que está acontecendo.

“Veja bem: o dia 31 está próximo e não sabemos como agir. Como posso me preparar para o corte de linhas de crédito e se a retirada for geral, crescendo como bola de neve.”

Outro desconfiou que o *Journal* pode ter razão porque o Brasil não está oferecendo nada em troca do que pagar sua própria dívida, que é uma obrigação legal. “Há um ódio unânime por aqui, nos meios financeiros, e ele é todo dirigido ao Fuarano.”

A impressão de que alguns pequenos bancos possam retirar suas linhas de crédito circula apenas entre banqueiros brasileiros e fontes americanas, não sendo compartilhada pela equipe de Gros em Miami.

“O fato de que nos pediram o texto de um telex já é muito significativo. Para que o pediram?”

O pedido de um texto, soube-se ontem, ocorreu durante o encontro “cordial” de Gros com William Rhodes e outros 24 executivos de bancos norte-americanos. Já se havia passado por assuntos como a resolução 63 (a dívida do Bamerindus, Mesonave e Comind nos Estados Unidos), os progressos do acordo com o Clube de Paris e muitas perguntas sobre um futuro e breve plano econômico brasileiro, quando Gros perguntou:

“A renovação das linhas de curto prazo será automática?”

O comitê pediu, então, que os brasileiros se retirassem, para que

pudessem deliberar. Chamados de volta à sala, meia hora depois, ouviriam: “Façam-nos um telex solicitando a extensão das linhas de crédito, que, se aprovado, será depois repassado para a comunidade bancária”.

Segundo a fonte brasileira que resumiu o encontro de anteontem com o comitê de assessoramento dos bancos, nenhum prazo foi fixado para a prorrogação:

— O mais longo possível.

O otimismo ainda persistia ontem à tarde, entre os brasileiros. Um porta-voz do Citicorp, procurando pela imprensa, não quis desmenti-lo, mas garantiu que ainda não tinha recebido o texto do telex, o que deverá acontecer ainda hoje, antes da partida de Gros para o Brasil. Um americano, no entanto, confidenciava no lobby do hotel intercontinental, em Miami:

— Nem tudo está resolvido. Um executivo do Morgan cancelou sua viagem ao Brasil, marcada para 31 de março, por medo de que passaria lá dias de crise com a suspensão das linhas de crédito.

Outra contradição afastando brasileiros e americanos é quanto a possíveis medidas legais que alguns bancos possam adotar para receber seu dinheiro de volta. Gros disse aos banqueiros que as medidas assumidas pelo Brasil em 20 de fevereiro, suspendendo o pagamento dos juros da dívida, “já se constituíram numa nova realidade jurídica”. Quer dizer, no exemplo de um banqueiro brasileiro: “Ali ocorreu a violação. Agora o bebê já nasceu.”